



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

19/11/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Encerra-se na quarta (20) prazo para emendar MP 905/19

Entre os principais pontos da MP, estão:

- 1) as empresas poderão contratar até 20% dos funcionários na nova modalidade (em postos de trabalho com remuneração de até 1,5 salário mínimo);
- 2) as empresas poderão contratar na nova modalidade até o final de 2022; e
- 3) os contratos deverão ser de, no máximo, 2 anos.

Há grande resistência para aprovação da MP. Além de já existirem ações no STF questionando a medida, nesta segunda-feira (18) a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público se reúne com centrais sindicais, em São Paulo, para discutir estratégia de ação contra a MP. Na terça-feira (19), a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público define estratégia de convencimento de deputados e senadores.

Tramitação

Vai ser constituída comissão mista de deputados e senadores para analisar a proposta do governo. O relator do texto deve ser o deputado Christino Áureo (PP-RJ).

Fonte: Diap - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Reforma sindical dá lugar à luta por emprego, renda e direitos

Agência Sindical - As Centrais deixaram de lado o supérfluo da reforma sindical e vão se concentrar esforços no principal, ou seja, na luta por emprego, renda e direitos. Foi o que se viu nesta segunda, 18, em encontro no Sindicato dos Químicos de SP, com presença da CUT, CTB, Força Sindical, UGT, CSB, CGTB, Nova Central, Intersindical e CSP-Conlutas, entre outros. O encontro aprovou documento, que tem origem na Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora, finalizado pelo Dieese, em 2018, com base em propostas das Centrais. Os dirigentes se reúnem nesta terça (19), na CUT, em São Paulo, a fim de definir o calendário de mobilizações pró-geração de empregos e anunciar a Jornada Nacional de Luta, cuja pauta unitária mobiliza contra a política econômica do governo Bolsonaro-Paulo Guedes.

Congresso - Clemente Ganz Lúcio, coordenador-técnico do Dieese, afirmou à Agência Sindical: "A ideia é fazer atos públicos, intensificar o diálogo com a base trabalhadora e também organizar uma agenda de contatos e negociações junto ao Congresso Nacional". Nesse caso, Dieese e Diap devem atuar em conjunto. Chamado, pelos organizadores, de "Encontro Emprego e Desenvolvimento", o evento orientou sindicalismo e movimentos populares a levar aos bairros e junto a associações de moradores o debate por emprego, renda e direitos.

Nacional - Setores do sindicalismo, especialmente a Central CTB, defendem encontro sindical nacional da classe trabalhadora, uma espécie de nova Conclat, para cimentar a unidade, fortalecer a pauta unitária e mobilizar, em bloco, os destacamentos sindicais ou por categoria.

Fonte: Diap - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

CDH vai abordar em audiência o tema Justiça do Trabalho

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza nesta terça-feira (19) uma audiência pública para debater os temas previdência e trabalho com foco na Justiça do Trabalho. A reunião será realizada no Plenário 6 da Ala Senador Nilo Coelho a partir das 9h. A audiência foi solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente do colegiado. Foram convidados o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa; o secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho (MPT), Márcio Amazonas Cabral de Andrade; e ainda representantes da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho e da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, entre outros.

Fonte: Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Entidades apreensivas com o fim da Fundacentro

Após a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no começo do ano, o Governo Federal ensaia o fim de mais um órgão voltado ao trabalhador: a Fundação Jorge Duprate Figueiredo – Fundacentro. Sete das 13 unidades descentralizadas da organização de pesquisa e estudos sobre segurança, higiene e medicina no trabalho vão encerrar as atividades a partir do dia 28. Recém reativado, o posto regional faz parte da lista. A medida gera apreensão entre sindicalistas, servidores do órgão e especialistas do setor.

O receio é de que os trabalhadores saiam fragilizados com a mudança. “Vemos mais uma ação do governo de retirada direitos. Outro órgão de representação será extinto, como aconteceu com o Ministério do Trabalho”, afirma o coordenador do Conselho Sindical da Baixada Santista e diretor jurídico do Sintraport, Nilson Franco. Pesquisadores da fundação apontam falta de participação popular no processo. Em um manifesto público, eles afirmam que o conselho curador do órgão – formado entre governo, trabalhadores e empregadores – não foi consultado. Citam também que esse colegiado passa agora a ter maior número de representantes do Governo. A alteração consta no Decreto 10.096, de 6 de novembro, que estabeleceu o novo estatuto e o quadro de cargos e funções de confiança. O texto passa a ter validade no final do mês.

Leia mais: Jornal A Tribuna – 19/11/2019

Inflação: instituições elevam expectativa

A previsão de instituições financeiras para a inflação calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) este ano voltou a subir. A estimativa para o índice passou de 3,31% para 3,33%, no segundo ajuste consecutivo. Para os anos seguintes não houve alterações: 3,60%, em 2020, 3,75% em 2021, e 3,50% em 2022. As estimativas estão reunidas em pesquisa realizada junto a instituições financeiras e elaborada semanalmente pelo Banco Central (BC). Os resultados são divulgados às segundas-feiras. As projeções para 2019 e 2020 estão abaixo do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é 4,25% em 2019, 4% em 2020, 3,75% em 2021 e 3,50% em 2022, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

TAXA SELIC.

O principal instrumento usado pelo BC para controlar a inflação é a taxa básica de juros, a Selic. Quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Quando o Copom aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços. O mercado financeiro continua esperando que a Selic encerre 2019 no patamar de 4,50% ao ano. Atualmente, a Selic está em 5% ao ano. Para 2020, a expectativa caiu de 4,50% para 4,25% ao ano.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 19/11/2019

Começa a quinta fase de pagamento do PIS/Pasep

O abono salarial dos programas de Integração Social, o PIS, e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, o Pasep, do calendário 2019/2020 já começou a ser pago para aqueles beneficiários nascidos em novembro e servidores públicos com final de inscrição 04. Quem tem conta na Caixa Econômica Federal e está com o cadastro atualizado, já recebeu o crédito automático antecipado na última terça-feira (12).

O valor pode chegar a R\$ 998, dependendo da quantidade de dias trabalhados no ano passado. Os trabalhadores que nasceram até dezembro recebem o PIS ainda este ano. Já os nascidos entre janeiro e junho vão ter o recurso disponível para saque apenas no ano que vem. Os servidores públicos com o dígito final de inscrição do Pasep de 0 e 4 também recebem este ano. Já no caso das inscrições com o final entre 5 e 9, o pagamento vai ser em 2020. Esse benefício é pago para quem está inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos e para aqueles que trabalharam formalmente por pelo menos 30 dias ao longo de 2018 com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

Além disso, é preciso que o empregador tenha informado corretamente os dados do empregado na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2018. Os herdeiros também têm direito ao saque. No caso de falecimento do participante, é necessário apresentar documentos que comprovem a morte e a condição de beneficiário legal. O prazo máximo para sacar os recursos do exercício 2019/2020 será no dia 30 de junho de 2020.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 19/11/2019